

OFÍCIO N° 210/2024/GP

SECRETARIA ESPECIAL DA PRESI

Assembleia degislativa

A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual MARCELO VICTOR Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas Praça D. Pedro II, s/nº - Centro 57020-900 - Maceió - AL

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 02/2024.

Ref.: ao Anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos Servidores Efetivos, Estáveis e dos ocupantes de Cargos em Comissão do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho a honra de submeter ao exame dessa Augusta Casa Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o Anteprojeto de Lei¹ que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos Servidores Efetivos, Estáveis e dos ocupantes de Cargos em Comissão do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, aprovado em Sessão Plenária realizada no dia 26 de março do ano em curso.

Permita-me solicitar a Vossa Excelência que se digne estudar a possibilidade de o Anteprojeto tramitar em caráter de urgência, em face da importância da matéria para o Judiciário Alagoano.

Atenciosamente,

FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA

Desembargador-Presidente

¹ Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/1r74l9L1tkjVzSrki6vnDM TPaMNZLy2V?usp=drive link Acesso em: 1º/04/2024.



SECRETARIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

MENSAGEM AO ANTEPROJETO DE LEI TJ/AL N° 02/2024.

Maceió, 1º de abril de 2024.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual **MARCELO VICTOR** Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas Maceió, Alagoas.

Assunto: Mensagem ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos Servidores Efetivos, Estáveis e dos ocupantes de Cargos em Comissão do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

Senhor Presidente,

- 1. Tenho a honra de submeter ao exame dessa Augusta Casa Legislativa o anteprojeto de lei anexo, em que se propõe o reajuste linear percentual dos vencimentos dos cargos de que trata a Lei Estadual nº 7.889, de 16 de junho de 2017 e dos servidores ocupantes de cargos em comissão do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.
- 2. A proposta anexa objetiva recompor minimamente os vencimentos dos servidores efetivos, estáveis, e dos ocupantes de cargos em comissão, bem como será aplicada aos proventos dos servidores inativos e às pensões instituídas por servidores do Poder Judiciário quando os benefícios previdenciários respectivos houverem sido concedidos com paridade, quanto às perdas inflacionárias acumuladas no ano 2023, no percentual estabelecido no presente projeto de 4,62% (quatro inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- 3. O anteprojeto em análise é fruto de estudo orçamentário realizado pelo Poder Judiciário de Alagoas em que se concluiu haver viabilidade financeira para esta recomposição, considerando que todas as despesas decorrentes de sua aplicação correrão por conta do orçamento já destinado a este Poder Judiciário.
- 4. Desta feita, encaminho ao crivo dessa Casa Legislativa o anteprojeto de lei anexo, certo de contar com o valioso apoio de Vossa Excelência e de seus dignos pares na aprovação desta iniciativa, pelo que aproveito a oportunidade e reitero-lhe meus protestos de consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,

FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA

Desembargador – Presidente



SECRETARIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

ANTEPROJETO DE LEI № XX, DE XX DE XXXXX DE 2024.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EFETIVOS, ESTÁVEIS E DOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º Os vencimentos dos cargos de que trata a Lei Estadual ri° 7.889, de 16 de junho de 2017, e dos servidores ocupantes de cargos em comissão do Poder Judiciário do Estado de Alagoas serão reajustados linearmente em 4,62% (quatro inteiros e sessenta e dois centésimos por cento).

Parágrafo único. O percentual de reajuste linear de que trata o caput deste artigo será aplicado aos proventos dos servidores inativos e às pensões instituídas por servidores do Poder Judiciário quando os benefícios previdenciários respectivos houverem sido concedidos com paridade.

- Art. 2º Os efeitos financeiros do reajuste de que trata o art. 1" desta Lei serão contados a partir do dia 1° de janeiro de 2024.
- **Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.
 - Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Maceió, XX de XXXXXX de XXXX, 208º da Emancipação Política e 136º da República.



CERTIDÃO DE JULGAMENTO TRIBUNAL PLENO

Proc. Adm. nº 2024/220 Assunto: Anteprojeto de Lei

SESSÃO DIA 26/03/2024 - 9ª SESSÃO ORDINÁRIA ADMINISTRATIVA

Certifico que, em Sessão Ordinária Administrativa realizada nesta data, o Tribunal Pleno decidiu: à unanimidade de votos, em APROVAR o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores efetivos, estáveis e dos ocupantes de cargos em comissão do Poder Judiciário do Estado de Alagoas. Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores: Otávio Leão Praxedes, Alcides Gusmão da Silva, Tutmés Airan de Albuquerque Melo, Fábio José Bittencourt Araújo, João Luiz Azevedo Lessa, Domingos de Araújo Lima Neto, Celyrio Adamastor Tenório Accioly, Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho, Fábio Costa de Almeida Ferrario e Márcio Roberto Tenório de Ausentes, justificadamente, os Senhores Desembargadores Elisabeth Albuquerque. Carvalho Nascimento, Klever Rêgo Loureiro, Paulo Barros da Silva Lima, Orlando Rocha Filho, Ivan Vasconcelos Brito Júnior e Paulo Zacarias da Silva. Os Desembargadores Paulo Barros da Silva Lima, Orlando Rocha Filho e Ivan Vasconcelos Brito Júnior, apesar de ausentes, justificadamente, deixaram voto escrito acompanhando entendimento do Desembargador Presidente na matéria em questão. Presidiu a sessão administrativa o Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza, Presidente deste Tribunal de Justiça.

Maceió, 26 de março de 2024.

Eloy Melo tunior Diretor Geral



DIRETORIA ADJUNTA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - DICONF. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

Geração de despesa obrigatória de caráter continuado

DESCRIÇÃO: REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EFETIVOS, ESTÁVEIS E DOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS.

Funcional Programática:

- 1. Gestão de Pessoas 02.061.1010.5241 / Plano Orçamentário 000896 Poder Judiciário 1º grau
- 2. Gestão de Pessoas 02.061.1010.5241 / Plano Orçamentário 000897 Poder Judiciário 2º grau
- 3. Gestão de Pessoas 02.061.1010.5241 /Plano Orçamentário 000898 Juizados Especiais 1º grau
- Obrigações Patronais Intraorçamentárias 02.061.1010.5242 /Plano Orçamentário 000903 Folha Patronal

IMPACTO DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

IMPACTO MENSAL				
	VALOR			
Mês	Exercício 2024	Exercício 2025	Exercício 2026	
Janeiro	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Fevereiro	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Março	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Abril	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Maio	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Junho	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Julho	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Agosto	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Setembro	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Outubro	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Novembro	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
Dezembro	1.555.645,77	1.555.645,77	1.555.645,77	
13º	1.513.605,38	1.513.605,38	1.513.605,38	
TOTAL	20.181.354,61	20.181.354,61	20.181.354,61	



DIRETORIA ADJUNTA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - DICONF. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.

PROGRAMA DE PAGAMENTO				
	VALOR			
Mês	Exercício 2024	Exercício 2025	Exercício 2026	
Janeiro	49.811.620,47	45.007.718,93	45.687.271,88	
Fevereiro	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
Março	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
Abril	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
Maio	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
Junho	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
Julho	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
Agosto	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
Setembro	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
Outubro	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
Novembro	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
Dezembro	45.007.718,93	45.687.271,88	45.687.271,88	
13º	43.917.141,03	46.139.854,14	46.139.854,14	
TOTAL	588.813.669,72	593.707.563,71	594.387.116,66	

Dotação Orçamentária Total: R\$ 664.455.325,33 Dotação Orçamentária p/Pessoal: R\$ 595.504.984,00

Dotação Orçamentária p/Despesas Correntes: R\$ 68.950.341,33

Descrição resumida da despesa a ser empenhada: Folha de Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais

Receita Corrente Líquida: R\$ 14.360.996.244,55

6% da Receita Corrente Líquida: R\$ 861.659.774,67

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Anexo 01, terceiro quadrimestre de 2023.

Maceió, 09 de fevereiro de 2024.

JOSE LEOMIR DA

Assinado de forma digital por JOSE LEOMIR DA JOSE LEOMIR DA SILVA SANTOS:93349 Dados: 2024.02.09 13:27:51 -03'00'

JOSÉ LEOMIR DA SILVA SANTOS Diretor Adjunto de Contabilidade e Finanças - Substituto



DIRETORIA ADJUNTA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - DICONF. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DECLARAÇÃO

Declaro, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que o aumento da despesa decorrente da proposta normativa de reajuste dos vencimentos dos servidores efetivos, estáveis e dos ocupantes de cargos em comissão do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e é compatível com o Plano Plurianual 2024 a 2027 e, ainda, com a Lei nº 8.930, de 24 de julho de 2023 — Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Maceió, 1º de abril de 2024.

Desembargador FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas